

JOSÉ ARNALDO DA FONSECA

Eminente Ministro Gilson Dipp, dirigimos a V. Exa. a indagação feita pelo Dr. Alexandre Pereira Alcoforado: “Tendo em vista que o Banco Central, por meio do cadastro nacional de correntistas, já localizou os focos de lavagem de dinheiro em Amambaí, Foz do Iguaçu etc., por que não iniciar os trabalhos das varas criminais especificamente nesses estados, tendo em vista que serão estabelecidos o sanduíche dos focos?”

GILSON DIPP

Dr. Alexandre, como disse, as varas federais, conforme determinado pelo Conselho da Justiça Federal, em resolução obrigatória para os Tribunais Regionais, serão instaladas em sessenta dias e estarão em funcionamento – se Deus quiser. Os delitos referidos pelo colega, certamente pela competência territorial da vara, serão remetidos para a vara especializada, com o aproveitamento de todos os atos processuais e investigatórios até então realizados.

JOSÉ ARNALDO DA FONSECA

Pergunta do Dr. Joel Câmara, advogado autônomo, ao Sr. Ministro Gilson Dipp: “Que prova há de que a máfia chinesa atua na Feira dos Importados? Questionamos porque somos advogados do micro-importador”.

GILSON DIPP

Veja bem, o “Jornal da Comunidade”, da semana passada, publicou, como manchete de capa, a existência de alguns integrantes da máfia chinesa na venda de produtos. Essa é uma reportagem jornalística, não uma prova, nem uma afirmação, mas, pelos indícios que se tem em São Paulo e no Paraná, não há dúvida de que a máfia russa, a Yakuza Japonesa, a tríade chinesa e a máfia colombiana têm

ramificações no Brasil com as nossas organizações criminosas. Quanto à prova concreta, se alguém duvida, que duvide.

JOSÉ ARNALDO DA FONSECA

Os estudantes do CEUB, Iara e Thomás Felipe perguntam: “Como controlar o contrabando de produtos lícitos, tais como o cigarro, que constituem bases sólidas para o crime de lavagem de dinheiro, uma vez que o País apresenta fronteiras, muitas das vezes, extensas e de difícil acesso?”

GILSON DIPP

Esse é um problema gravíssimo, o da fiscalização de nossas imensas fronteiras. Não temos uma Polícia Federal aparelhada, e o Exército diz que não está entre suas atribuições esse tipo de fiscalização. Está se recomendando, inclusive, a colocação, como crime antecedente ao da lavagem de dinheiro, a prática do comércio ilegal internacional desse tipo de ilícito. Enfim, é um assunto que deve ser discutido. O Ministério da Justiça está muito interessado na guarda das nossas fronteiras, mas, também, talvez seja necessária, como forma de apoio e respaldo, uma modificação legal.

JOSÉ ARNALDO DA FONSECA

Indaga o estudante da Universidade de Brasília, Márcio Lopes de Freitas Filho: “Existe algum tipo de política que vise coibir a atuação, no território brasileiro, de empresas de ações ao portador, de *off shores* etc., criadas, facilmente, no território uruguaio, sendo praticamente impossível identificar-se os seus reais proprietários?”

GILSON DIPP

No Brasil, as resoluções do COAF obrigam as empresas de *factoring*, de fomento comercial – pois há indícios de que sejam uma fonte de lavagem de dinheiro –, a prestarem informações, quando há indícios de crimes. No entanto, parece que não está havendo uma devida correspondência ou, talvez, o órgão fiscalizatório não esteja aparelhado para exigir essa informação.

Quanto às empresas existentes fora de nossas fronteiras, o que temos de meios legais e de política criminal é a fiscalização de remessa de valores nesse sentido, por meio de contas “laranjas”, de contas de empresas “fantasmas”, ou seja, uma fiscalização mais rigorosa baseada na legislação, fazendo com que países cujas legislações sejam mais permissivas – como é o caso do Uruguai –, acordem bilateralmente. Deve haver também pressão política do governo, pois hoje temos um Governo eleito por mais de cinquenta milhões de eleitores, com ampla repercussão e apoio na América Latina. Está na hora desse Governo, que tem o respaldo popular, exigir, pelo menos dos seus parceiros do Mercosul, a implementação dessas políticas.

JOSÉ ARNALDO DA FONSECA

O agente da Polícia Civil do Distrito Federal, Dr. Gandhi Santos, pergunta: “Em face de muitas organizações criminosas agirem em diversos estados, geralmente a competência transfere-se para a Polícia Federal. Dessa forma, muitas investigações locais deixam de ser aproveitadas, favorecendo os delinquentes. De que forma poderia esse problema ser superado?”

GILSON DIPP

A pergunta é interessante, porque diz respeito à competência. Vejam que a Lei nº 9.613 diz que serão da competência da Justiça Estadual os crimes de lavagem de dinheiro, cuja competência para o julgamento dos crimes antecedentes seja dessa Justiça, e que será da Justiça Federal a competência para o julgamento dos crimes, cujos ilícitos antecedentes sejam de competência da Justiça Federal.

Começa-se, por exemplo, uma investigação em relação ao jogo do bicho ou a crime praticado contra a Administração Pública Estadual. A competência é da Justiça Estadual. No decorrer dessa investigação, feita pela Polícia Civil, com o apoio do Ministério Público Estadual, começa-se a verificar que há indícios de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, de sonegação fiscal e possível crime de lavagem de dinheiro, que são crimes de competência constitucional da Justiça Federal; então essa matéria virá para a Justiça Federal. Esses atos investigatórios e requisitoriais serão aproveitados. Não tenho dúvida – e sinto dizer – que 90% dos crimes de lavagem de dinheiro serão de competência da Justiça Federal, mesmo que a lei não diga; isso não pode fazer com que haja o desmerecimento e a acomodação dos agentes policiais estaduais e do Ministério Público Estadual organizado. É preciso que haja ampla cooperação.

Tivemos, em relação a um caso grave de São Paulo, de um conhecido político nacional, cujas investigações diziam respeito a contas existentes na Suíça e em Jersey, um atrito entre o Ministério Público Estadual e o Federal, ambos se achando competentes para as investigações, o que acabou por fazer com que emperrassem e até hoje assim se encontram. Houve um conflito de competência entre os juízes federal e estadual, dirimido pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, do qual fui o Relator, que deu pela competência federal. Mas, até que se resolvesse o conflito, as diligências permaneceram paralisadas.

É preciso que se tenha sensibilidade de que as investigações devem ser procedidas, não importando o que venha a acontecer, se a competência será perdida ou não.

JOSÉ ARNALDO DA FONSECA

Pergunta da Dra. Renata, do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça: “No caso das extradições passivas, tem-se verificado uma satisfação na concessão das mesmas pelo Supremo Tribunal Federal; já no caso das ativas, principalmente para países como Espanha ou os do Mercosul, a concessão, quando ocorre, é morosa; juízes desistem do pedido pela prescrição, tendo em vista essa morosidade. Que tipo de ação, de postura, deveria o Brasil adotar para obter maior sucesso na concessão de extradições ativas?”

GILSON DIPP

Penso que somente acordos bilaterais facilitariam a extradição – talvez haja até a necessidade de modificação legal e constitucional. Temos um caso concreto, o da Dra. Georgina de Freitas, fraudadora do INSS que estava na Costa Rica. Só foi possível sua volta ao Brasil para cumprir a pena aplicada e responder pelo seqüestro de bens, por meio de um acordo bilateral de extradição. A sentença daquele País confirmou a condenação brasileira. Isso é complicado; depende de vontade política e legislativa. Realmente, não saberia detalhar melhor ou ter uma solução mágica para a questão, a não ser da forma genérica como posta.

JOSÉ ARNALDO DA FONSECA

Por fim, pergunta de Evaldo Filho, Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Combate ao Crime Organizado: “Quais os mecanismos de repressão adotados pelo Poder Judiciário para tentar evitar o recrutamento de seus funcionários pelo crime organizado?”

GILSON DIPP

O Judiciário, como Poder, não é diferente dos demais Poderes da República. Todos somos permeáveis à corrupção generalizada imposta pelo crime organizado. Temos que adotar mecanismos de fiscalização, de incentivo e de política remuneratória adequada para que não haja a possibilidade de infiltração, como vem ocorrendo nas corporações policiais. Cabe a cada tribunal de Justiça, a cada Poder Judiciário, Estadual ou Federal, e aos juízes que presidem as varas, tomarem as medidas adequadas de fiscalização das atitudes de seus funcionários. Parece-me que ainda não é um problema – graças a Deus – que possa merecer preocupação.